

# CRISTIANE BORGUETTI MORAES LOPES

LEILOEIRA OFICIAL E RURAL

JUCERJA nº 309

Prezado Pregoeiro, boa tarde.

Tendo em vista o Edital de Pregão Presencial nº 90.104/2024 que objetiva a Contratação de Leiloeiro Oficial, venho por meio deste IMPUGNAR o referido Edital, conforme as considerações elencadas abaixo:

Considerando o Decreto Lei nº 21.981/1932 em seu Art. 24:

“Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza.”

“Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.”

O Edital apresenta os seguintes termos como diretivas capazes de definir os parâmetros de comissão:

9.14 - A disputa de lances durante a Sessão Pública ocorrerá da seguinte forma:

ATENÇÃO: A disputa do Pregão Presencial na modalidade “Maior Desconto Ofertado”. Os licitantes, no entanto, devem interpretar “Maior Desconto Ofertado” como “maior percentual de repasse à Administração do valor de 5% (cinco por cento) da comissão a ser paga pelo arrematante”. Sagra-se-á vencedor do certame o licitante que oferecer o “maior desconto”, ou seja, aquele que repassar o maior percentual da comissão recebida do arrematante para a Administração;

**Portanto, os critérios apresentados são ilegais pois acabam incidindo sobre remuneração prevista como obrigatória e exclusiva do leiloeiro pela Lei, que prevê como negociável apenas o valor da comissão a ser paga pelo comitente.**

Registra-se que a atividade de leiloaria tem natureza econômica cuja remuneração é disciplinada pelo artigo 24, § único do Decreto Federal nº 21.981/32, que tem por finalidade a coroação de um trabalho bem-sucedido, não podendo ser objeto de critério pela administração pública, para contratação de licitante.

**CRISTIANE BORGUETTI MORAES LOPES**

LEILOEIRA OFICIAL E RURAL

**JUCERJA nº 309**

Não por acaso, o Decreto, estabelece **OBRIGATORIAMENTE** o **PERCENTUALMÍNIMO** de 5% (cinco por cento) a ser pago ao leiloeiro pelo arrematante-comprador.

Entretanto, em razão do sistema adotado no respectivo processo licitatório, permitir-se-á ser mitigado o percentual, obrigatoriamente assegurado pelo leiloeiro. Sabe-se que a taxado comitente pode ser livremente negociada e até excepcionada, mas não a taxa a ser **paga pelo arrematante-comprador**.

Por todas as razões ora elencadas, solicito que o Edital seja suspenso, mediante tal pedido de impugnação, para as correções devidas na forma da Legislação em vigor, bem como que tal pedido de impugnação conste elencado na referida licitação para a ciência de todos os interessados.

Grata

Cristiane Borgueti Moraes Lopes

Santo André/SP, 15 de agosto de 2024.

**CRISTIANE BORGUETTI MORAES LOPES**  
**LEILOEIRA OFICIAL E RURAL – JUCERJA Nº 309**